

Líder sugere solução barata

BRASÍLIA — A idéia de atrasar a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, para obrigar os senadores e deputados a trabalharem em julho sem receber salários extras, foi rejeitada pelo presidente do Congresso, senador José Sarney (PMDB-AP), mas está sendo defendida por vários parlamentares. O líder do governo no Senado, Élcio Álvares (PFL-ES) — que termina este mês no *vermelho*, com débitos bancários de R\$ 2.325,00 — defendeu o trabalho no recesso sem ônus para o Erário.

Golpe — Afirmando que “todos estão em dificuldades”, inclusive ele próprio, Álvares disse que a melhor solução para não atrasar a tramitação das reformas seria retardar a votação da LDO. Segundo ele, a convocação extraordinária dos parlamentares pelo presidente da República, com o pagamento de três salários a cada um, seria mais um golpe na imagem do Congresso. “Uma convocação sem ônus é menos desgastante no momento em que estamos restaurando a imagem do Legislativo”, disse. Álvares revelou que o presidente Fernando Henrique Cardoso se reunirá com o presidente do Congresso, José Sarney, na segunda-feira, para resolver o problema.

Na sessão de ontem do Senado, 11 senadores estiveram presentes para contar prazos do regimento e acelerar a votação das reformas que já foram aprovadas na Câmara. O líder do PSDB no Senado, Sérgio Machado (CE), fez um apelo formal a Sarney para o funcionamento no recesso. “Estamos examinando o assunto”, foi a resposta.

Férias — O senador José Roberto Arruda (PP-DF), foi à tribuna apelar para o funcionamento do Congresso sem a necessidade de pagamento de salários extras. “Não tem sentido os parlamentares entrarem em férias enquanto todo o país aguarda a votação das reformas”, disse. Outro aliado do governo, o senador Odacir Soares (PFL-RO), defendeu o adiamento da votação do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias como a melhor maneira de fazer o Legislativo funcionar em julho, sem ônus para o tesouro e sem arranhões na imagem do Congresso.

Caso o Congresso trabalhe no recesso, a emenda que acaba com o monopólio estadual do gás canalizado será votada em primeiro turno no dia 26 de junho e em segundo em 6 de julho. As emendas sobre o fim dos privilégios das empresas de capital nacional e a abertura da navegação de cabotagem aos navios estrangeiros serão votadas em 27 de junho e 7 de julho. Finalmente, a votação da emenda que quebra o monopólio das telecomunicações começará apenas em julho.